

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta f k u g t v c ± q "será disponibilizado somente a partir de 47/26/4249.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS PRESIDENTE PRUDENTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA - PROFEI**

DANIELLE BARROSO CALDAS

**ATITUDES SOCIAIS DE PROFESSORES EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO COMUM E ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

**PRESIDENTE PRUDENTE - SP
2025**

DANIELLE BARROSO CALDAS

**ATITUDES SOCIAIS DE PROFESSORES EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO COMUM E ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – Profei, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação – Área de Concentração: Educação Inclusiva.

Linha de pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

Temática de investigação: Educação Inclusiva.

Orientadora: Dra. Eliane Maria Carrit Delgado- Pinheiro.

C145a

Caldas, Danielle Barroso

Atitudes sociais de professores em relação à educação inclusiva no ensino comum e no atendimento educacional especializado / Danielle Barroso

Caldas. -- Presidente Prudente, 2025

88 p. + e-book

Dissertação (Mestrado profissional - Educação Inclusiva (PROFEI)) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e
Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Eliane Maria Carrit Delgado-Pinheiro


1. Ensino fundamental. 2. Atitudes sociais. 3. Atendimento educacional
especializado. 4. Educação inclusiva. 5. Recurso educacional. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DANIELLE BARROSO CALDAS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Aos 25 dias do mês de abril do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de DANIELLE BARROSO CALDAS, intitulada **ATITUDES SOCIAIS DE PROFESSORES EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO COMUM E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.**

A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profª Drª ELIANE MARIA CARRIT DELGADO PINHEIRO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei/UNESP, Prof(a). Dr(a). KATIA DE ABREU FONSECA (Participação Presencial) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei/UNESP, Prof(a). Dr(a). SADA OMOTE (Participação Presencial) do(a) Programa de Pós-Graduação em Educação / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: Aprovada . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profª Drª ELIANE MARIA CARRIT DELGADO PINHEIRO

Documento assinado digitalmente
 ELIANE MARIA CARRIT DELGADO PINHEIRO
Data: 03/06/2025 15:14:05-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dedico este trabalho a todos e todas que lutaram e lutam por uma educação mais inclusiva.

Aos que estiveram ao meu lado me apoiando.

Em memória de Vera Lúcia: mãe e professora.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao Programa de Educação Básica (PROEB) pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEI.

A minha orientadora Eliane Maria Carrit Delgado-Pinheiro pela confiança e orientação para que eu pudesse superar os desafios e chegar até aqui.

Ao coordenador do Curso professor Klaus Schlünzen Junior por reunir a banca de defesa.

Aos membros da banca de defesa, que gentilmente aceitaram o convite: professoras Kátia de Abreu Fonseca, Anna Augusta Sampaio de Oliveira e Maewa Martina Gomes da Silva e Souza e professor Sadao Omote.

A Ana Cristina Cardoso Coimbra que gentilmente atendeu as questões administrativas.

Aos meus colegas de curso André Alves de Albuquerque, Flávia Caroline Ferreira e Pâmela Leal Marinho Rossi agradeço o companheirismo compartilhados durante esta jornada e pelas discussões, debates e reflexões que foram essenciais para o meu crescimento intelectual e como pessoa.

Ao meu pai Emerson Barroso Caldas e a minha irmã Cristine Barroso Caldas pelo apoio que me deram durante todo o processo.

A Deus.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

Freire (1996, p. 61).

CALDAS, Danielle Barroso. **Atitudes Sociais dos Professores em Relação à Educação Inclusiva no Ensino Comum e no Atendimento Educacional Especializado**. 2025. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, SP, 2025.

RESUMO

A Educação Especial no Brasil passou por transformações em várias esferas: histórica, política, social e jurídica. Entender e aderir aos elementos que compõem a proposta da Educação Inclusiva é imprescindível para professores que atuam no Ensino Comum e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Estudos que analisam a percepção e as atitudes dos professores em relação à inclusão, podem fomentar reflexões relacionadas à promoção de informações e debates acerca das práticas pedagógicas cotidianas realizadas na escola. Diante disso, os objetivos desta pesquisa foram analisar as atitudes sociais frente à inclusão de professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e elaborar um recurso educacional, que apresente contribuições referentes à educação na perspectiva inclusiva. Os participantes foram professores e professoras que atuam no ensino comum: 1º ao 3º ano, 4º e 5º ano do ensino fundamental e no AEE, compondo os grupos I, II, e III respectivamente. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e a Escala *Likert* de Atitudes Sociais em Relação à Inclusão (ELASI), que possui 35 (trinta e cinco) itens que mensuram as atitudes sociais em relação à inclusão, composto por afirmações seguidas de cinco alternativas que indicam o grau de concordância ou discordância. No questionário constavam questões para os participantes relatarem sucintamente as dificuldades e facilidades em sua atuação na Educação, sob um enfoque inclusivo. Os resultados foram analisados qualitativamente e quantitativamente. A coleta por meio da ELASI apresentou médias entre 141,5; 139,5 e 140,5, para os grupos I, II e III, respectivamente e não diferiram entre eles por análise estatística não paramétrica (Mann-Whitney). A maioria dos participantes são do sexo feminino (90%), na faixa etária entre 40 e 59 anos. Além disso, a maioria apresentou alguma formação relacionada à Educação Especial. A principal categoria de dificuldades relatada foi a categoria “Estrutura Escolar e Recursos Materiais”. A principal facilidade compreendeu o “Comprometimento, motivação e criatividade dos professores e equipe”. O recurso educacional compreendeu a elaboração de um infográfico, que se desdobra em um material formativo, que visa contribuir para a formação de professores. Os grupos de professores apresentaram respostas que não diferiram em relação às atitudes sociais frente à inclusão. Apresentaram, nas questões abertas, afirmativas que evidenciaram a dificuldade de se colocar, efetivamente, em prática uma educação na perspectiva inclusiva. Diante dos resultados foi elaborado um recurso educacional que visou contribuir para a educação em uma perspectiva inclusiva.

Palavras-chaves: ensino fundamental; atitudes sociais; atendimento educacional especializado; educação inclusiva; recurso educacional.

ABSTRACT

Special Education in Brazil has undergone transformations in several areas: historical, political, social and legal. Understanding and adhering to the elements that make up the Inclusive Education proposal is essential for teachers who work in Regular Education and Specialized Educational Services (AEE). Studies that analyze teachers' perceptions and attitudes regarding inclusion can foster reflections related to the promotion of information and debates about the daily pedagogical practices carried out in schools. In view of this, the objectives of this research were to analyze the social attitudes towards inclusion of teachers who work in the early years of Elementary Education and in Specialized Educational Services (AEE) and to develop an educational resource that presents contributions regarding education from an inclusive perspective. The participants were teachers who work in regular education: 1st to 3rd grade, 4th and 5th grade of Elementary Education and in AEE, composing groups I, II and III respectively. A sociodemographic questionnaire and the Likert Scale of Social Attitudes Toward Inclusion (ELASI) were used. This scale has 35 (thirty-five) items that measure social attitudes toward inclusion, consisting of statements followed by five alternatives that indicate the degree of agreement or disagreement. The questionnaire included questions for participants to briefly report the difficulties and facilities in their work in Education, from an inclusive perspective. The results were analyzed qualitatively and quantitatively. The collection through ELASI presented averages between 141.5; 139.5 and 140.5, for groups I, II and III, respectively, and did not differ between them by nonparametric statistical analysis (Mann-Whitney). Most of the participants were female (90%), between 40 and 59 years of age. In addition, the majority had some training related to Special Education. The main category of difficulties reported was the category "School Structure and Material Resources". The main advantage was the "Commitment, motivation and creativity of teachers and staff". The educational resource included the creation of an infographic, which is then used as training material, which aims to contribute to teacher training. The groups of teachers gave similar answers regarding their social attitudes towards inclusion. In the open-ended questions, they gave statements that highlighted the difficulty of effectively implementing an inclusive education. Based on the results, an educational resource was created that aimed to contribute to education from an inclusive perspective.

Keywords: elementary education; social attitudes; specialized educational services; inclusive education; educational resource.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos participantes em relação à faixa etária, sexo, localização da escola, formação e titulação.....	34
Tabela 2 - Caracterização dos participantes em relação à série e tempo de atuação na rede de educação e no ensino público no magistério e na Rede Pública de Ensino.....	35
Tabela 3 - Caracterização dos participantes em relação à formação para atuar com estudantes com deficiência.....	38
Tabela 4 - Caracterização dos participantes em relação à carga horária dos cursos de formação para atuar com estudantes com deficiência nos 3 grupos (n=80)	38
Tabela 5 - Níveis de significância obtidos após comparação entre os grupos por meio do teste não paramétrico de Mann Whitney.....	40
Tabela 6 - Dificuldades para implementar uma educação na perspectiva inclusiva – incidência de falas dos professores/as que mais se repetiram.....	43
Tabela 7 – Facilidades para implementar uma educação na perspectiva inclusiva – incidência de falas dos professores/as que mais se repetiram.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pontuação obtida pelos professores na ELASI.....	40
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de página do recurso.....	54
Figura 2 - Sumário.....	55
Figura 3 - Apresentação das autoras.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Análise do Comportamento Aplicada

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

EF - Ensino Fundamental

ELISI - Escala de Atitudes Sociais Referente à Inclusão

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

OE - Orientador Educacional

ONU - Organização das Nações Unidas

OP - Orientador Pedagógico

PROFEI - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESP - Universidade Estadual Paulista

APRESENTAÇÃO¹

Forjada no magistério. Sim, forjada, pois, como o ferro fundido, que primeiro é modelado na forja para depois ter forma. Assim, forjar significa, de acordo com o Dicionário Aulete Digital²:

1. Saído da forja; fundido ou modelado na forja; 2. Diz-se de ferro batido: O ferro forjado custa mais a enferrujar que outras formas de ferro metálico. 3. Fig. Que é falso, mentiroso: *Era apenas um sequestro forjado*. [F.: Part. de forjar.].

A formação nos coloca em uma forma. Quando eu ainda era criança, minha mãe, professora, já me levava, não à escola que eu queria, mas à escola que os pais idealizam para seus filhos. “Mãe, por que eu não estudo aqui?”, questionava eu. E lá ia eu para minha segunda jornada. Sim, já fazia dupla jornada desde criança! Uma escola particular e outra pública, esta última, cujo prato principal na merenda era macarrão com salsicha! Eu não entendia o motivo pelo qual estudava em duas escolas. Por que alguns estudantes eram tão bem aceitos pelo grupo e a não? Alguma característica física, ou o jeito de ser, ou qualquer aspecto, já eram motivos para apelidos, rótulos e até discriminação.

Os anos passaram e eu não me via em outro ambiente que não fosse o escolar. Então, nas atividades oferecidas pela escola eu sempre me envolvia: teatro, esportes, coral, banda, dentre outros. Lá estava eu! Fui até eleita como presidente do Grêmio Estudantil. E, ainda, fui convidada a trabalhar na própria escola em que me formei no Magistério, mas, com uma função administrativa. Por não ter a experiência exigida para atuar como professora e devido à necessidade de trabalhar, visando o meu próprio sustento, atuei em outras áreas como o comércio varejista.

Para retomar o magistério, realizei o curso adicional em Educação Infantil e Alfabetização, na época, complementar ao magistério. Consegui ingressar em uma escola particular, atuando como auxiliar de professora e, no ano seguinte, já assumi a minha primeira turma. Iniciei minha atuação no magistério, após concluir o curso de Formação de Professores e ingressei na Rede de Ensino pública no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Em 2004, como servidora pública vinculada à prefeitura, meu cargo atual, conclui a graduação em História, a partir da qual aprofundei os conteúdos de História do Brasil, História Contemporânea, História da Educação e, inclusive, sobre a situação da política educacional brasileira.

¹ Por se tratar de um relato pessoal, apenas a presente seção, apresenta a sua redação estruturada a partir da narrativa em primeira pessoa do singular, visando salientar as experiências da pesquisadora.

² Disponível em: <https://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

Com a intenção de aprofundar os meus conhecimentos na área da Educação e, em função de minha preocupação com a inclusão social na escola, realizei estudos de pós-graduação *lato sensu* em Administração e Supervisão Escolar e Educação Especial e Inclusiva. Realizei, ainda, cursos de formação complementar e atualização profissional, com as seguintes temáticas: Diversidade Étnico Racial no Cotidiano Escolar; Mídia, Violência e Direitos Humanos; Educação para as Relações Étnico-Raciais; entre outros, por meio de eventos como congressos, seminários e simpósios, ligados à área da Educação Inclusiva.

Concluí, ainda, uma segunda graduação em Educação Especial. Atuei como professora na Rede particular de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No sistema público de Ensino, atuei na Rede Estadual do Rio de Janeiro e na Rede Municipal de Duque de Caxias (RJ), iniciando em 2004, até o período atual, lecionando nas áreas integradas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a maior parte do tempo em escolas da periferia do Estado do Rio de Janeiro.

Atuei como professora na Classe Especial de Autismo, com estudantes de nível de suporte 3, por dois anos, contribuindo para o processo de inclusão desses estudantes em classes de ensino comum. Com a extinção dessa turma na escola, passei a lecionar em classes de ensino comum no 4º ano do Ensino Fundamental, algo que estimulou uma profunda reflexão como professora, culminando na realização da pesquisa de Mestrado, voltada aos aspectos sociais da inclusão, para além das deficiências.

Minha trajetória como docente, me levou a despertar um interesse pela pesquisa e reflexão relacionada às práticas pedagógicas, abordando as questões referentes à educação no cotidiano escolar, em uma perspectiva inclusiva, principalmente nas escolas das periferias, tão carentes de suporte e investimentos públicos. Pretendi o aprofundamento e a reflexão sobre as práticas pedagógicas, considerando ser de extrema importância o estudo e a pesquisa.

Assim, entendo que a presente pesquisa pode servir como um canal multiplicador de estudos nas instituições escolares na rede pública, colaborando com os profissionais de educação para a criação de projetos, grupos de estudos e pesquisas que possam contribuir para a prática pedagógica e a aprendizagem, através das reflexões permanentes sobre a educação na perspectiva inclusiva. Em vista disso, pretendo prosseguir com o aprofundamento das pesquisas, findado o

curso de Mestrado, e continuar contribuindo para a formação de professores pesquisadores e com a criação de recursos educacionais colaborativos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ATITUDES SOCIAIS REFERENTES À INCLUSÃO. 21	
2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DO ESTIGMA À PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	21
2.2 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA: PRESSUPOSTOS PARA A AÇÃO INCLUSIVA.....	23
2.3 ATITUDES SOCIAIS FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR.....	26
3 MÉTODO.....	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	33
4.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA.....	33
4.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAÇÃO COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....	37
4.3 ESCALA LIKERT DE ATITUDES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO (ELASI).....	39
4.4 QUESTIONÁRIO.....	41
5 RECURSO EDUCACIONAL.....	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICES.....	63
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	63
APÊNDICE B - ELASI - VERSÃO A.....	65
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	69
APÊNDICE D - DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES AEE.....	74
APÊNDICE E - DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES DO 1º AO 3º ANO.....	77
APÊNDICE F - DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES DO 4º E 5º ANO.....	81
APÊNDICE G - FACILIDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES AEE.....	83
APÊNDICE H - FACILIDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES 1º AO 3º ANO.....	85
APÊNDICE I - FACILIDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES 4º E 5º ANO.....	88

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva abrange os aspectos que permeiam a história e revela uma trajetória marcada pela exclusão e discriminação em relação às pessoas com deficiência. Desde a Antiguidade, as pessoas com deficiência sofrem com a segregação social. Na Idade Média, período no qual modelos biológicos já estavam sendo utilizados, a partir dos quais os mais capazes sobreviviam, as crianças com deficiência eram eliminadas ou abandonadas. Apenas entre as décadas de 1970 e 2000, é possível encontrar um reconhecimento maior, em relação aos direitos e necessidades das pessoas com deficiência (Santos; Capellini, 2021).

No Brasil, a Educação Especial começou a ganhar destaque no século XIX, com a criação de instituições especializadas. Contudo, foi apenas na década de 1980 que o interesse nas pessoas com deficiência começou a assumir um caráter inclusivo, com a Constituição Brasileira de 1988, que garantiu o atendimento especializado, sobretudo, na rede de ensino comum (Santos; Capellini, 2021). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reforçou esse princípio, estabelecendo que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede comum de ensino (Brasil, 1996).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) foram marcos importantes na luta pela inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) proibiu a negação de matrícula e a cobrança de taxas adicionais para estudantes com deficiência. No entanto, apesar desses avanços, ainda existem desafios. As atitudes sociais³ em relação à inclusão permanecem como um obstáculo significativo. Por sua vez, a formação de professores e a criação de um ambiente escolar inclusivo são fundamentais para a promoção de uma educação na perspectiva inclusiva (Santos; Capellini, 2021).

A presente pesquisa visa investigar as atitudes sociais em relação à inclusão entre professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua relação com a prática educacional inclusiva. Os resultados podem contribuir com informações que fundamentem estratégias para uma educação acessível a todos. Nossos objetivos específicos voltam-se a: i)

³ Conforme Vieira e Omote (2021, p. 744), “[...] a opção por atitudes sociais se fundamenta na proposição de que estas estão subjacentes às ações significativas das pessoas”, impactando a forma como elas se relacionam socialmente. Se essas atitudes estão relacionadas à inclusão, na prática, o indivíduo tende a adotar ações mais inclusivas em seu meio. Isso repercute no sistema educacional.

compreender as atitudes sociais dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Educação Inclusiva; ii) Elaborar um Recurso Educacional destinado aos docentes que atuam nos anos Iniciais do Ensino fundamental e AEE.

A investigação pode ser entendida como qualitativa e quantitativa e foi realizada por meio da coleta de dados relacionados à Escala de Atitudes Sociais Referente à Inclusão (ELASI), preenchimento de um formulário e com questões voltadas à educação inclusiva. Participaram do estudo 80 docentes de uma Rede Municipal localizada no Estado do Rio de Janeiro. Os principais resultados foram analisados, de acordo com a perspectiva adotada pela pesquisa e ao final com a produção de um recurso educacional, que consiste em um infográfico que pode ser utilizado para formações iniciais e continuadas, direcionadas a uma mudança de atitude, referente à educação na perspectiva inclusiva.

Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre a importância da formação de professores direcionada à Educação Inclusiva, Rodrigues (2024) destaca a importância de docentes críticos e reflexivos, aliando a formação inicial à continuada. Assim, ressalta que a formação voltada às necessidades dos docentes da Educação Básica deve ser direcionada à inclusão dos estudantes com deficiência, conforme segue:

O ator da formação continuada é o professor, dependendo do tipo de aprendizagem aplicada tem-se um perfil de profissional desenvolvido. Sob esta análise, dividimos a categoria em três abordagens: o professor gestor do comportamento que age como um gestor de comportamentos dos estudantes, cujo objetivo é otimizar o processo de ensino para obter o melhor resultado possível na aprendizagem e as formações enfatizam um conjunto de variáveis comportamentais do professor e seus efeitos imediatos sobre os alunos; o professor reflexivo que reflete sobre sua própria prática e elabora estratégias a partir dela, assumindo sua realidade escolar como objeto de pesquisa, reflexão e análise, apoiado em uma formação tutorada e uma aprendizagem na ação para formar profissionais reflexivos nessas áreas; e o professor pesquisador que busca pela melhor forma de ensinar e aprender, como um artista que utiliza diferentes materiais para criar soluções mais adequadas, assim as formações têm a importância de reconhecer os professores como sujeitos capazes de experimentar em sua prática e gerar teorias a partir dela (Rodrigues, 2024, p. 92).

Rodrigues (2024) discute como as formações de professores ainda são atreladas a um modelo tradicional, que não leva em conta as especificidades dos estudantes, escola e seu entorno, incluindo características fundamentais da comunidade escolar, como a cultura e a identidade. Esse fator também é destacado

por Bressan e Lazaretti (2022), que mostram como quatro docentes da Educação Especial se movimentam em torno da inclusão democrática dos estudantes. Assim, eles investigaram quatro docentes, cuja formação os estimulou à construção de práticas educacionais mais inclusivas. A pesquisa propõe um curso de formação continuada/capacitação, coadunando não apenas com os interesses das escolas, mas de toda a comunidade. Esses pesquisadores ressaltam a importância dos docentes no processo formativo dos estudantes com deficiência:

O professor é tradicionalmente reconhecido como agente facilitador dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, mediando as experiências escolares. Sabe-se, por exemplo, que a trajetória escolar é beneficiada a partir da instrução recebida e do nível das habilidades acadêmicas das crianças, que levam à, reafirmar a importância das experiências escolares iniciais e o papel preventivo da atividade docente quanto a problemas comportamentais e acadêmicos dos alunos (Bressan; Lazaretti, 2022, p. 7).

A dissertação encontra-se organizada da seguinte maneira: introdução, seguida da apresentação de um breve histórico sobre a educação inclusiva, além do debate sobre as atitudes sociais direcionadas à inclusão. Em seguida, delineamos algumas considerações sobre a metodologia que tornou possível essa pesquisa. Ademais, aborda-se os principais resultados de nossa coleta de dados, relacionados às atitudes sociais e à educação inclusiva. O recurso educacional, elaborado a partir da realização da pesquisa, é apresentado com algumas indicações sobre como esse material pode ser utilizado em formações de professores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa situa-se na área da Educação Inclusiva e nas percepções e aprendizagens de uma professora pesquisadora que parte da sua experiência pautada no enfrentamento de dificuldades, frente aos processos de inclusão na escola, sobretudo, nas classes de ensino comum. Não se trata de uma resistência dos docentes, negando-se às práticas inclusivas, mas da modificação de atitudes que impactam a forma como os sujeitos agem e reagem em interação. Destaca-se a indisponibilidade de formações (iniciais e continuadas), que abordem as atitudes sociais referentes à inclusão, tendo em vista a importância delas para a percepção de mudanças significativas na prática docente.

Diante da temática debatida, o objetivo geral buscou investigar as atitudes sociais em relação à inclusão entre professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua relação com a educação na perspectiva inclusiva. Como objetivos específicos indicamos: i) Compreender as atitudes sociais dos professores que atuam em diferentes etapas do Ensino Fundamental I e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Educação Inclusiva; ii) Construir um Recurso Educacional destinado aos docentes que atuam nos Anos Iniciais e AEE.

Assim, nos lançamos na busca pela coleta de dados, através da Escala de Atitudes Sociais Referente à Inclusão (ELASI) e do preenchimento de um formulário com questões mais voltadas à prática docente. Chegamos à formulação de duas vertentes, por meio da coleta de 80 respostas: i) Dificuldades e ii) Facilidades, tendo o seu desdobramento a partir das categorias: i) Estrutura Escolar e Recursos Materiais; ii) Recursos Humanos; iii) Formação e Valorização Profissional; e iv) Necessidade de apoio e integração, para dificuldades; e i) Recursos e Infraestrutura; ii) Comprometimento motivação e criatividade dos professores e equipe; iii) Apoio e Comprometimento das Pessoas (Estudantes e Famílias); e iv) Desafios ou Limitações/Não há facilidades.

Diante disso, após uma breve introdução, debatemos um histórico da educação inclusiva, com uma contextualização sobre a forma como as atitudes sociais direcionadas à inclusão podem se estabelecer. Vimos que houve um grande processo até o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Atualmente, há uma mudança de postura frente à inclusão nas escolas, uma vez que

a luta das pessoas com deficiência se transformou em medidas legislativas que vem sendo tomadas. Assim, entendemos que os cursos de formação inicial e continuada devem priorizar as mudanças nas atitudes sociais referentes à inclusão, elementos que impactam, de forma direta, a prática docente.

Realizamos a discussão dos resultados alcançados com a aplicação de um questionário, evidenciando aquilo que as pesquisas que sustentaram o referencial teórico afirmam: as práticas formativas (formação inicial e continuada) potencializam o direcionamento da prática docente à inclusão, fomentando a modificação e a adoção de atitudes sociais favoráveis à inclusão que atravessam a participação democrática das pessoas com deficiência. Contudo, os docentes evidenciaram à maneira tradicional por meio da qual foram formados, além da falta de estrutura das escolas e investimentos do setor público para que as mudanças estruturais e de formação fossem promovidas.

A relação entre a formação inicial e continuada de professores e a busca de atitudes sociais direcionadas à inclusão permite que a prática docente se fundamente, com maior sustento, convergindo em projetos pedagógicos mais inclusivos. A formação inicial não consegue alcançar os conhecimentos que se atualizam e desatualizam constantemente no contexto educativo. Em vista disso, as parcerias entre as instituições de ensino superior e as escolas podem ser meios para o aperfeiçoamento da Educação Inclusiva. É neste entendimento que nosso recurso educacional se fundamenta.

Os grupos de professores apresentaram respostas que não diferiram em relação às atitudes sociais frente à inclusão. Eles contribuíram com as questões abertas afirmativas, evidenciando a dificuldade de se colocar, efetivamente, em prática uma educação na perspectiva inclusiva. Diante dos resultados, foi elaborado um recurso educacional que visou contribuir para a educação em uma perspectiva inclusiva. Considerando a usabilidade de um recurso educacional, como um elemento de formação em Mestrados Profissionais, como o PROFEI, elaboramos um infográfico que se desdobra em um material de formação continuada, destinado aos profissionais da Educação Básica e do AEE que atendem estudantes com deficiência.

É fundamental que se defenda as parcerias entre as universidades e a comunidade, sobretudo por meio das atividades de extensão, uma vez que elas podem fazer com que materiais como este cheguem à Educação Básica.

Consideramos a efetividade das tecnologias e da utilização de diferentes suportes formativos, como vídeos, artigos científicos, notícias jornalísticas, dentre outros, primando por uma formação mais sensível e empática.

Acreditamos, conforme demonstrado ao longo desta dissertação, que materiais interativos e que tragam diferentes e múltiplos formatos de mídia, potencializam a aprendizagem dos professores em formação. Indicamos, como próximos planos de pesquisa, a aplicação desse material, na prática, visando a compreensão das principais impressões dos docentes em um curso de formação. Além da produção e compartilhamento de materiais, por meio de novas pesquisas, uma vez que é constatada a necessidade de recursos adequados para a educação inclusiva nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. W. ABA e educação especial: uma união necessária, mas ainda longe de ser concretizada. VII Seminário Nacional De Educação Especial, XVIII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva UFES, **Anais [...]**, Vitória, ES. 2022.

BENITEZ, P. *et al.* Atitudes Sociais de Agentes Educacionais em Relação à Inclusão e à Formação em Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 27, p. e0125, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. **Lei Federal n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2008.

BRASIL. **Decreto n. 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica (IBGE). n. 41, Rio de Janeiro, RJ. 2019a.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Documento da Área de Ensino**. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. **Censo escolar da Educação Básica 2023 Resumo Técnico** - versão preliminar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação, Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. **Profissionais da Educação**.

2025. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/profissionais-da-educacao>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRESSAN, J. de A.; LAZARETTI, S. A Educação inclusiva inclui? um estudo sobre a inclusão escolar na educação básica do município de Palhoça sob a ótica de professores da educação especial. **Revista Linguagem, Ensino e Educação**, Criciúma, 7(2), 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/lendu/article/view/7791/7019>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRITO, M. C. Transtornos do espectro do autismo e educação inclusiva: análise de atitudes sociais de professores e alunos frente à inclusão. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 30, n. 59, p. 657–668, 2017. DOI: 10.5902/1984686X28086.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28086>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FONSECA, K. de A. **Formação de professores do AEE inclusão escolar e deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural**. 2021. 180f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filholl, Campus de Marília, SP, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, (27), 46-60. 2003. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 6 maio 2022.

MENDES, E. G.; TANNÚS-VALADÃO, G.; MILANESI, J. B. Atendimento Educacional Especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar. **Revista Linhas**, Florianópolis, SC, 17(35), 45 - 67, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016045>. Acesso em: 4 ago. 2023.

OLIVEIRA, E. R. C. de; SOUZA, M. M.; FONSECA, M. de O. Relação entre famílias de alunas (os) com deficiências e escolas no contexto da educação inclusiva: uma revisão de literatura. **Revista Inclusão & Sociedade**. 2(1), 1-22, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003145821>. Acesso em: 25 mar. 2025.

OMOTE, S. A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 11(1), 33-47. 2005.

OMOTE, S.; BALEOTTI, L. R.; CHACON, M. C. M. Escala de Atitudes Sociais em Relação à Inclusão: Versão Específica Para Cada Categoria De Deficiência. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, 1(1), 2014. DOI:

10.36311/2358-8845. 2014.v1n01.4032. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/4032>.
 Acesso em: 16 set. 2023.

OMOTE, S. Atitudes sociais em relação à inclusão: recentes Avanços em Pesquisa. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, SP, 24, Edição Especial, 21-32, 2018

PLETSCH, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento - **Diálogos em Educação**, [S. l.], 29(1), 57–70, 2020. DOI: 10.14295/momento.v29i1.9357. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 9 nov. 2023.

RIZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: docência em ciências**. Curitiba, PR, 5(2), 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RODRIGUES, M. A. C. A formação de professor na perspectiva da educação inclusiva: uma revisão sistemática. **MLSISJ**, 4(2), 79-97. 2024. Disponível em: <https://www.mlsjournals.com/MLS-Inclusion-Society/article/view/2952/3214>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SACRISTÁN, J. G. **Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1991.

SANTOS, T. dos. **Educação Inclusiva**. 1. ed., Londrina, PR. Distribuidora Nacional S/A, 2016.

SANTOS, C. E. M. dos; CAPELLINI, V. L. M. F. Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de ensino fundamental. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, SP, 51, e07167, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Mn6nQZYbCQwFgRv9L3XGHzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SASSAKI, R. K. **Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental?** Atualizações semânticas na inclusão de pessoas. São Paulo, SP. 2006.

SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SILVA E SOUZA, M. M. G. da. Atitudes sociais em relação à inclusão e concepção sobre atendimento educacional especializado na formação de especialistas em educação especial. **Revista Educação Especial**, 30(59), 751–762, 2017. DOI: 10.5902/1984686X28431. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28431>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SILVA, E. G. O perfil docente para a educação inclusiva: uma análise a partir da legislação e das atitudes e habilidades sociais [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências]. Repositório da Universidade

Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102241>
Acesso em: 20 mar. 2025.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, 23 e230076 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdHJSg/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 25 mar. 2025.

TORRES, J. P.; MENDES, E. G. Atitudes sociais e formação inicial de professores para a educação especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, SP, 25(4), 765-780, 2019. Disponível em:
[/https://www.scielo.br/j/rbee/a/c43f46jfGfHc4TDwszkd6p/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbee/a/c43f46jfGfHc4TDwszkd6p/?format=pdf&lang=pt).
Acesso em: 20 mar. 2025.

UNIVESP. **Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão - ELASI**, criada pelo Prof. Dr. Sadao Omote. Recurso Educacional Aberto (REA), desenvolvido pela Univesp. Disponível em:
<<https://apps.univesp.br/questionario-elasi/>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VIEIRA, C. M.; OMOTE, S. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 27, e0254, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/sFZmbYyQZGqzTqBhsDL6NBq/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 20 mar. 2025.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. de. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Saúde Soc.** São Paulo, SP, 23(1), 191-203, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/F6g5C7Hns7Q3kD3Tqp9LyRt/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 25 mar. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **“ATITUDES SOCIAIS DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO”**

Nome do (a) Pesquisador (a): Danielle Barroso Caldas

Nome do (a) Orientador (a): Dra. Eliane Maria Carrit Delgado-Pinheiro

- 1. Natureza da pesquisa:** a Sra. (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar as atitudes sociais frente à inclusão de professores que atuam no Ensino Fundamental I e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais. Os objetivos específicos serão: Analisar as diferenças das atitudes sociais quanto aos aspectos ideológicos e operacionais de dois grupos de professores, sendo o grupo I composto por professores que atuam no Ensino Fundamental I e o grupo II composto por professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais; analisar a relação entre os dados demográficos dos professores e as atitudes sociais; elaborar um material educativo que apresente informações acerca da Educação na perspectiva inclusiva.
- 2. Participantes da pesquisa:** Serão convidados para participar da pesquisa 240 professores que atuam no Ensino Fundamental I (200) e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais (40).
- 3. Envolvimento na pesquisa:** a sua participação consistirá em responder a um questionário e preencher a Escala de Atitudes Sociais referente à inclusão (ELASI), após assinar o presente termo concordado em fazer parte do estudo. O preenchimento dos instrumentos será no *Google Forms*. Prevê-se que para responder ao questionário e à ELASI, serão necessários cerca de 50 minutos.
- 4. Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Caso ocorra desconforto em responder as perguntas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora e caso deseje encerrar a sua participação.
- 5.** Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
- 6. Sigilo sobre a Identidade dos Sujeitos da Pesquisa:** Sua identidade, bem como informações ou qualquer outro meio que porventura possa identificá-lo, serão mantidos em sigilo. Somente a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
- 7. Confidencialidade dos Dados:** As informações coletadas neste estudo que não forem publicadas na pesquisa não serão divulgadas de qualquer outra forma e os documentos que contiverem tais informações serão destruídos de acordo com as Normas vigentes da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).
- 8. Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o tema

da Inclusão, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa auxiliar na elaboração de materiais e fundamentar futuras discussões, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

9. Pagamento: a sra. (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

A sra. (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra. (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

"Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Resolução CNS 466/12, VII.2 e Resolução CNS 510/16)"

Pesquisador: Danielle Barroso Caldas, telefone (21) 99277-4111, e-mail: danielle.b.caldas@unesp.br.

Orientadora: Dra. Eliane Maria Carrit Delgado-Pinheiro, telefone (14) 99721-3475, e-mail: eliane.delgado@unesp.br

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo

Vice Coordenador: Prof. Dr. Luis Alberto Gobbo

Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526

E-mail cep.fct@unesp.br

APÊNDICE B - ELASI - VERSÃO A

Caro (a) Colega

Como parte do projeto integrado sobre a inclusão escolar, estamos construindo uma escala para mensuração de atitudes sociais em relação à inclusão. Assim, solicitamos sua imprescindível colaboração, no sentido de responder ao presente questionário. São apresentados, nas páginas seguintes, 35 enunciados, cada um seguido de cinco alternativas que indicam a extensão em que você concorda com o enunciado ou discorda do seu conteúdo. A sua tarefa consiste em ler atentamente cada enunciado e assinalar uma das alternativas, aquela que expressa melhor o seu grau de concordância ou discordância. As alternativas são:

- (a) Concordo inteiramente
- (b) Concordo mais ou menos
- (c) Nem concordo nem discordo
- (d) Discordo mais ou menos
- (e) Discordo inteiramente

Cada enunciado vem acompanhado das letras (a), (b), (c), (d) e (e). Veja o seguinte exemplo:

1. A pena de morte deve ser instituída no Código Penal Brasileiro. (a) (b) (c) (d) (e)

Se você concorda inteiramente com o enunciado de que a pena de morte deve ser instituída no Código Penal Brasileiro, deve assinalar a letra (a); se concorda mais ou menos (apenas em parte), deve assinalar a letra (b); se nem concorda nem discorda (é indiferente, não tem opinião formada a esse respeito, está completamente indeciso ou não compreendeu direito o enunciado), deve assinalar a letra (c); se discorda mais ou menos (em parte), deve assinalar a letra (d); e se discorda inteiramente do enunciado, deve assinalar a letra (e).

Responda a todas as questões e em cada questão assinale apenas uma alternativa. Na absoluta impossibilidade de responder a alguma questão, assinale a letra (c). Não há resposta certa nem errada. Portanto, responda de acordo com a sua própria opinião, baseando-se na primeira impressão.

Pedimos que inicialmente preencha o quadro abaixo.

Muito obrigado!

Nome:

FORMA A

- (a) = concordo inteiramente
- (b) = concordo mais ou menos
- (c) = nem concordo nem discordo
- (d) = discordo mais ou menos
- (e) = discordo inteiramente

*****1. O mercado

de trabalho deve absorver a mão-de-obra de trabalhadores com deficiência.

(a) (b) (c) (d) (e)

2. A exclusão de determinados grupos improdutivos é necessária para a sobrevivência de toda e qualquer sociedade.

(a) (b) (c) (d) (e)

3. As diferenças entre as pessoas são vantajosas para a existência humana.

(a) (b) (c) (d) (e)

4. O aluno com deficiência tem o direito de receber apoio pedagógico como forma de responder às suas necessidades educacionais.

(a) (b) (c) (d) (e)

5. Os alunos com deficiência auditiva possuem diferenças significativas que os impedem de aprender junto com os alunos sem deficiência.

(a) (b) (c) (d) (e)

6. Deve ser assegurado o convívio de alunos com deficiência e aqueles sem deficiência na mesma sala de aula, ainda que sejam necessárias profundas modificações na escola.

(a) (b) (c) (d) (e)

7. A sociedade deve adequar-se para garantir a todos, inclusive àqueles com deficiência, o acesso a qualquer serviço ou instituição pública.

(a) (b) (c) (d) (e)

8. As crianças com deficiência intelectual severa têm o direito de serem atendidas nas escolas comuns, mesmo que para isso sejam necessárias profundas modificações em sua estrutura física e em seu projeto pedagógico.

(a) (b) (c) (d) (e)

9. O aluno com deficiência não tem nada a ensinar aos alunos sem deficiência. (a) (b) (c) (d) (e)

10. A educação inclusiva deve ocorrer em qualquer nível de ensino, da Educação Infantil à Educação Superior.

(a) (b) (c) (d) (e)

11. O direito ao atendimento das necessidades básicas deve ser

- assegurado a todos. (a) (b) (c) (d) (e)
12. Não existe nenhuma possibilidade de troca de experiências positivas entre aluno sem deficiência e aluno com deficiência.
- (a) (b) (c) (d) (e)
13. Deve ser favorecida a convivência das pessoas com deficiência e sem deficiência.
- (a) (b) (c) (d) (e)
14. Todos temos direitos e deveres apesar das diferenças.
- (a) (b) (c) (d) (e)
15. Com a inclusão, o aluno com deficiência não tem o direito de optar por estudar em classe especial.
- (a) (b) (c) (d) (e)
16. Todos os indivíduos em todos os setores da sociedade devem fazer parte do movimento de inclusão.
- (a) (b) (c) (d) (e)
17. Não é possível garantir a participação de qualquer tipo de aluno na mesma classe porque é mais fácil ensinar para uma classe homogênea.
- (a) (b) (c) (d) (e)
18. Os direitos de cidadania devem ser garantidos a todos.
- (a) (b) (c) (d) (e)
19. No processo de escolarização, os alunos devem ser separados em categorias, de acordo com o nível de aproveitamento.
- (a) (b) (c) (d) (e)
20. Todas as pessoas com deficiência, independentemente do grau de comprometimento, devem ter garantidos os seus direitos de cidadania.
- (a) (b) (c) (d) (e)
21. A lei deve determinar que, se uma pessoa com deficiência quiser estudar em uma escola pública, esta deverá oferecer a vaga.
- (a) (b) (c) (d) (e)
22. Os exames vestibulares devem ser adaptados para oferecer a todos os candidatos oportunidades iguais de acesso à universidade.
- (a) (b) (c) (d) (e)
23. Apenas os alunos com deficiência deverão fazer uso de recursos do ensino especializado. (a) (b) (c) (d) (e)
24. Promover a inclusão de crianças com deficiência é responsabilidade única e exclusiva das escolas.
- (a) (b) (c) (d) (e)

25. As sociedades em geral devem ser favoráveis à inclusão.
(a) (b) (c) (d) (e)
26. Devemos aceitar e conviver com a singularidade das pessoas.
(a) (b) (c) (d) (e)
27. As pessoas comuns não precisam esforçar-se para melhorar o relacionamento com pessoas com deficiência.
(a) (b) (c) (d) (e)
28. O sistema de saúde deve estar preparado para atender com qualidade toda e qualquer pessoa que necessite de seus serviços.
(a) (b) (c) (d) (e)
29. Aquele que é muito diferente deve ter seu próprio mundo.
(a) (b) (c) (d) (e)
30. Qualquer sociedade inclusiva deve estar estruturada para atender às necessidades de todos os cidadãos.
(a) (b) (c) (d) (e)
31. Não devem ser atendidos os alunos surdos no ensino universitário, se não forem oferecidos serviços de apoio.
(a) (b) (c) (d) (e)
32. A inclusão pressupõe o direito de igualdade de oportunidades para escolarização tanto de alunos com deficiência quanto daqueles sem deficiência.
(a) (b) (c) (d) (e)
33. Colocar alunos com deficiência em classes de ensino regular prejudica a aprendizagem dos alunos sem deficiência.
(a) (b) (c) (d) (e)
34. Pessoas com deficiência não devem chegar à universidade porque não têm condições de cumprir com os compromissos acadêmicos.
(a) (b) (c) (d) (e)
35. O lugar mais adequado de aprendizagem para o aluno com deficiência é a classe de Atendimento Educacional Especializado.
(a) (b) (c) (d) (e)

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Esse é um convite para participar de uma pesquisa destinada aos professores e professoras que atuam na Rede Municipal de Educação no Ensino Fundamental I, no Atendimento Educacional Especializado (AEE) - Sala de Recursos e em Classe Especial.

Agradecemos desde já por sua gentileza e preciosa contribuição!

Pesquisadoras: Prof.^a Mestranda Danielle Barroso Caldas e Prof.^a Dr.^a Eliane Maria Carrit Delgado Pinheiro.

1. É professora/professor do Ensino Fundamental I, anos iniciais, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) - Sala de Recursos ou em Classe Especial na Rede Municipal de Educação do município?

2. Identificação:

Nome Completo:

Email:

3. Você atua:

do 1° ao 3° ano de escolaridade

no 4° ou 5° ano de escolaridade

no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou Sala de Recursos
em Classe Especial

4. Sua faixa etária:

18 a 19 anos

20 a 24 anos

25 a 29 anos

30 a 34 anos

35 a 39 anos

40 a 44 anos

45 a 49 anos

50 a 54 anos

55 a 59 anos

60 a 64 anos

65 a 69 anos

70 ou mais

5. Gênero?

Feminino

Masculino

Prefiro não informar

6. É Pessoa com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação?

7. Se sim qual?

8. Tempo total de atuação no Magistério:

até 2 anos

de 3 a 5 anos

de 6 a 10 anos

11 a 15 anos

16 a 20 anos

21 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 35 anos

36 a 40 anos

41 a 45 anos

mais de 46 anos

9. Tempo total de atuação na Rede Municipal do município:

até 2 anos

de 3 a 5 anos

de 6 a 10 anos

11 a 15 anos

16 a 20 anos

21 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 35 anos

36 a 40 anos

41 a 45 anos

46 anos ou mais

10. Sobre sua formação: caso necessário, marque mais de uma alternativa:

Ensino Médio: Curso de Formação de Professores e/ou Antigo Curso Normal

Ensino Médio: Profissionalizante

Ensino Médio: Formação Geral

Graduação em andamento

Graduação concluída

Especialização em andamento (+ de 360 horas)

Especialização concluída (+ de 360 horas)

Mestrado cursando

Mestrado concluído

Doutorado cursando

Doutorado concluído

Pós-Doutorado

Outros

11. Em relação à pergunta anterior, caso assinale a opção graduação, especifique a área que possua maior tempo de formação:

Não possuo graduação.

Pedagogia e/ou Normal Superior

Geografia

História

Filosofia

Sociologia

Língua Portuguesa Letras/Literatura

Língua Portuguesa/Espanhol

Língua Portuguesa/Inglês

Língua Portuguesa/LIBRAS

Língua Portuguesa/Outra

Educação Artística

Educação Física

Matemática

Biologia

Física

Química

Educação Especial

12. Você já recebeu algum tipo de orientação para atuar com estudantes com deficiência?

13. Se respondeu sim à questão anterior: como foi orientada ou orientado e quem orientou?

14 Já realizou algum curso de formação continuada sobre a Educação Especial e Inclusiva?

15. Qual foi a maior carga horária de um dos cursos sobre Educação Especial que participou/concluiu?

Não participei

menos de 9 h

de 10 a 19 h

de 20 a 30 h

de 32 a 60 h

de 61 a 90 h

de 91 a 100 h

de 101 a 120 h

de 121 a 179h

de 180 a 359 (Aperfeiçoamento)

de 360 ou mais

Mestrado ou Doutorado

16. O curso foi oferecido:

17. Por gentileza, descreva no mínimo duas dificuldades encontradas para efetivar a proposta de Educação dos estudantes com deficiência na perspectiva Inclusiva:

18. Por gentileza, descreva no mínimo duas facilidades encontradas para efetivar a proposta de Educação dos estudantes com deficiência na perspectiva Inclusiva:

19. Por qual meio teve acesso a essa pesquisa?

20. Qual distrito atua? 1º() 2º() 3º() 4º()

APÊNDICE D - DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES AEE

Estrutura Escolar e Recursos Materiais	Recursos Humanos	Formação e Valorização Profissional	Necessidade de Apoio e Integração
P1.AEE. “As singularidades de cada aluno numa sala de muitos alunos com singularidades.”	P6.AEE. “falta de mediadores especializados”	P2.AEE. “Formação e valorização profissional dos mediadores e professores.”	P2.AEE. “Os professores por precisarem atuar em um cenário extremamente desfavorável, ...”
P2.AEE “As condições estruturais que envolveriam o quantitativo de alunos em sala, ...”	P7.AEE. “...de mediador/agente de apoio à Inclusão.”	P2.AEE. “Formação profissional dos mediadores e professores.”	P3.AEE. “Acessibilidade atitudinal se refere a dificuldade em conversar com os colegas (professores) a respeito da inclusão e ...”
P2.AEE “...espaço físico ruim por ser pequeno, ruidoso e muito quente, ...”	P9.AEE. “falta de professor de apoio especializado para atender esses estudantes.”	P2.AEE. “(...) valorização profissional dos mediadores e professores.”	P3.AEE. “... fazê-los entender que o aluno do AEE pertence à turma regular e ao professor e não à sala de recursos e ao mediador.”
P2.AEE “..., assim como ausência de materiais que envolveriam desde itens básicos...”	P11.AEE. “Falta de mediadores para auxiliar no processo de inclusão,”	P2.AEE. “...sem reajuste há nove anos e ...”	P4.AEE. “...não participação da família.”
P2.AEE “...até recursos de acessibilidade.”	P19.AEE. “...profissionais não qualificados...”	P2.AEE. “... (os mediadores), não possui formação específica...”	P5.AEE. “...o sistema médico que tem um acompanhamento precário.”
P3.AEE. “Acessibilidade arquitetônica pelas condições de espaço para o atendimento dos alunos no AEE, minha saleta de recursos não possui sequer ventilador e...”		P2.AEE. “... (os mediadores) são mal remunerados.”	P6.AEE. “...o apoio psicológico aos pais, ...”
P2.AEE “...os mediadores são selecionados por um regime de processo simplificado.”		P2.AEE. “...tendo sido alvo de um "pacote de maldade" há 8 anos, que retirou gratificações relacionadas à	P6.AEE. “...o preparo na autonomia desses alunos para a vida em sociedade...”

		formação...”	
P3.AEE. “os materiais que utilizo com meus alunos em sua maioria foram adquiridos por mim com recursos próprios.”		P2.AEE. “... inclusive o direito de licença para estudos.”	P7.AEE. “...são tantas (dificuldades).”
P4.AEE “Materiais pedagógicos.”		P6.AEE. “A falta de capacitação dos profissionais da educação.”	P8.AEE. “Falta de parceria dos professores regentes e...”
P5.AEE. “Falta de ferramentas e recursos para casos mais severos como PC com paralisia total dos membros e...”		P7.AEE. “...de informação dos professores regentes...”	P8.AEE. “...falta de acompanhamento/ orientação da SME.”
P5.AEE. “Salas de aulas pequenas e com quantidade excessiva...”		P13.AEE. “A falta de formação continuada.”	P9.AEE. “Dificuldade dos estudantes conseguirem tratamento multidisciplinar no SUS.”
P6.AEE “a falta de condições de adaptações das escolas, ...”		P14.AEE. “Os professores proporem atividades adaptadas aos alunos...”	P10.AEE. “A sensação de que a inclusão foi uma coisa inventada para facilitar (as coisas para os governos) e...”
P6.AEE “...o transporte, ...”		P17.AEE. “Falta de cursos na rede de ensino...”	P10.AEE. “...baratear as coisas para os governos...”
P9.AEE “Falta de estrutura nas escolas...”		P18.AEE.D.G.M.C. “Formação, ...”	P12.AEE. “Resistência da maioria do corpo docente e...”
P10.AEE. “A falta de material.”		P21.AEE. “...falta de formação para os professores do ensino regular...”	P13.AEE. “Maior interação (e...) entre os equipamentos de saúde pública, família e escola...”
P11.AEE. “Salas de aula superlotadas;”		P22.AEE. “...falta de estudo de caso...”	P14.AEE. “Os professores compreenderem a inclusão.”
P11.AEE. “Falta de material e recursos Pedagógicos.”			P14.AEE. “...terem interesse em ajudar o público incluído.”

P13.AEE. “Acesso a maior variedade de recursos...”			P15.AEE. “Barreiras atitudinais e...”
P18.AEE. “...material adequado...”			P15.AEE. “... (barreiras) curriculares dos professores das salas de aula regulares...”
P19.AEE. “Infraestrutura das escolas...”			P16.AEE. “Falta de vontade dos políticos em promover os direitos básicos dos indivíduos, principalmente os que possuem deficiência e...”
P22.AEE. “...falta de material...”			P16.AEE. “...desvio de dinheiro público.”
P23.AEE. “Poucos recursos...”			P17.AEE. “...alguns professores que não demonstram interesse nesse tema.”
			P17.AEE. “... e não participam efetivamente com o professor da sala de recursos...”
			P20.AEE. “Falta de apoio preparado;”
			P20.AEE. “Dificuldade de aceitação do processo pelos responsáveis...”
			P21.AEE. A principal é a falta de apoio para os estudantes de inclusão
			P22.AEE. “Falta de apoio...”

Fonte: Elaboração Própria (2025).

APÊNDICE E - DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES DO 1º AO 3º ANO

Estrutura Escolar e Recursos Materiais	Recursos Humanos	Formação e Valorização Profissional	Necessidade de Apoio e Integração
P1.1/3. “Falta de material...”	P5.1/3. “...falta de agente de apoio à inclusão”	P3.1/3. “...falta de formação...”	P1.1/3 “... apoio”
P2.1/3. “A falta de estrutura nas escolas...”	P10.1/3. Falta de apoio humano	P4.1/3. “... falta de formação”	P2.1/3. “... o preconceito.”
P4.1/3. “Falta de material adequado”	P11.1/3. (Recursos) “humanos.”	P8.1/3. “...preparo dos mediadores.”	P3.1/3. “Falta de apoio (familiar ...).”
P5.1/3. “A falta de material apropriado...”	P17.1/3. “(Falta de) ...mediação”	P14.1/3. “Falta de especialização e...”	P3.1/3. “Falta de apoio (profissional)...”
P7.1/3.D.T.do N. “...infraestrutura”.	P20.1/3. “...falta de agentes de apoio à inclusão com formação adequada, ...”	P14.1/3. “...(falta) de planejamento.”	P6.1/3. “Os responsáveis muitas vezes negligenciam a importância dos atendimentos biopsicossociais...”
P9.1/3. “...falta de estrutura,”	P22.1/3. “Falta de Agente de Apoio à Inclusão...”	P15.1/3. “...estudo sobre as deficiências.”	P8.1/3. “Orientações pedagógicas...”
P9.1/3. “...materiais...”	P23.1/3. “Falta de agente a inclusão...”	P9.1/3. “...tempo para planejamento...”	P11.1/3. “Trabalho conjunto com o Sistema de Saúde.”
P10.1/3. “...falta de recursos específicos para aquele aluno...”	P27.1/3. “...dos agentes de Educação Especial...”	P20.1/3. “Falta de formação continuada para profissionais da educação...”	P12.1/3. “Adequar as propostas às necessidades do aluno...”
P11.1/3. “Recursos materiais...”	P29.1/3. “falta do profissional de apoio...”	P24.1/3. “...formação docente.”	P13.1/3. ausência de profissionais da Saúde.
P13.1/3. Falta de recursos materiais...	P32.1/3. “...falta de apoio humano”	P25.1/3. “...de horários de planejamento”	P15.1/3. “Ajuda de pessoas...”
P13.1/3. “...espaços adequados para o	P33.1/3. “Falta de mediadores.”	P26.1/3. “Falta de capacitação aos	P17.1/3. “Falta de orientação pedagógica...”

atendimento aos alunos com necessidades especiais..."		profissionais"	
P16.1/3. "Número elevado de alunos nas classes..."	P34.1/3. "Outra dificuldade é a escassez de agentes de apoio à inclusão que possam auxiliar o aluno de modo efetivo, ..."	P28.1/3. "Falta de formação continuada..."	P19.1/3. "Os professores compreenderem a inclusão..."
P18.1/3. "Falta de estrutura física adequada do espaço escolar..."	P36.1/3. "Falta de agentes de apoio com formação adequada..."	P29.1/3. "Não ter 1/3 de planejamento..."	P19.1/3. "Os professores proporem atividades adaptadas aos alunos e"
P18.1/3. "... falta de materiais adequados para trabalhar com o aluno com deficiência e também com aquele sem deficiência."	P38.1/3. "Ter um agente de apoio à educação especial."	P30.1/3. "Falta de formação adequada,"	P19.1/3. "... (os professores) terem interesse em ajudar o público incluído."
P20.1/3. "...falta de material adaptado ofertado pela prefeitura."		P31.1/3. "Falta de cursos e ..."	P20.1/3. "...falta de oferta por parte da saúde pública, em especial (Prefeitura)..."
P22.1/3. "ambiente não adaptado."		P31.1/3. "... (Falta de) treinamento para lidar com educação especial..."	P20.1/3. "...(falta) de apoio de equipe multidisciplinar na área da saúde para garantir o pleno desenvolvimento do educando de acordo com suas potencialidades."
P24.1/3. "Materiais pedagógicos adaptados para o atendimento"		P32.1/3. "Falta de formação inicial..."	P21.1/3. "Rotina – familiar."
P25.1/3. "Falta de material"		P34.1/3. "A falta de conhecimento específico para lidar com os estudantes com deficiência."	P24.1/3. "Acompanhamento de uma equipe multidisciplinar para orientação aos alunos e..."
P26.1/3. "Falta de estrutura e..."		P34.1/3. "Aprendemos na prática, na troca de experiências com outros colegas, nas leituras a fim de entender e buscar materiais que possam	P24.1/3. "... (Acompanhamento de uma equipe multidisciplinar para orientação) famílias."

		auxiliar o professor para trabalhar com esses alunos.”	
P26.1/3. “... (Falta de) recursos nas escolas...”		P35.1/3. “Falta de formação de todos os envolvidos no processo...”	P26.1/3. “Falta de apoio pedagógico...”
P26.1/3. “Turmas cheias...”		P35.1/3. “Falta de tempo para planejamento.”	P28.1/3. “...incluindo os responsáveis deste aluno, ainda que tenha que ter um outro horário dado as diferenças entre os envolvidos, já vi familiares de surdos que desconheciam LIBRAS.”
P27.1/3. “Falta de recursos...”		P38.1/3. “...mais formação...”	P38.1/3. “(...) atendimento de médicos Especialistas...”
P28.1/3. “...falta de recursos em quantidade suficiente e...”			P39.1/3. “Visão destoadada da realidade, ter visão de possibilidades e não peninha do aluno.”
P28.1/3. “...uma outra organização escolar, onde alunos com muito comprometimento pudessem ter um horário adequado às necessidades dele, com um atendimento diferenciado, em grupos menores, para além da sala de aula, pois...”			
P28.1/3. “...considero a oferta da sala de AEE insuficiente e nem toda escola tem.”			
P30.1/3. “Falta de material de apoio.”			
P31.1/3.S.P.de S. “Falta de recursos...”			
P32.1/3. “...falta de material adaptado...”			
P33.1/3. “...falta de material adequado.”			

P35.1/3. “Precariedade dos espaços e...”			
P35.1/3. “... (Precariedade) dos materiais disponíveis.”			
P36.1/3. “...falta de recursos materiais adaptados para as necessidades educacionais desses alunos.”			
P37. “Espaço adequado para atuar com alunos com deficiência...”			
P38.1/3. “...ambiente...”			
P38.1/3. “... (falta de) condições adequadas ...”			

Fonte: Elaboração Própria (2025).

APÊNDICE F - DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES DO 4º E 5º ANO

Estrutura Escolar e Recursos Materiais	Recursos Humanos	Formação e Valorização Profissional	Necessidade de Apoio e Integração
P1.4/5. “Superlotação das salas de aulas...”	P1.4/5. “...falta de um profissional que faça a ponte aluno professor...”	P2.4/5. “Falta de formação dos profissionais que atuam com Ed. Especial;”	P4.4/5. “Orientação...”
P1.4/5. “...a ausência de material pedagógico como suporte na educação dos alunos com deficiência...”	P3.4/5. “Falta de mediadora...”	P8.4/5. “Falta de conhecimento...”	P6.4/5. “Falta de um trabalho com os alunos sem deficiência para entenderem como podem ajudar nesse processo.”
P2.4/5. “Falta de recursos didáticos para qualificar o ensino especial.”	P5.4/5. “... (Falta de) “profissionais”	P9.4/5. “Falta de capacitação...”	P14.4/5. “Falta de acompanhamento terapêutico pelos alunos.”
P3.4/5. “...turmas muito cheias...”	P6.4/5. “Falta de mediadores para dar o apoio necessário aos alunos que precisam.”	P11.4/5. “Sugestões práticas de atividades inclusivas.”	
P4.4/5. “...suporte material e físico...”	P11.4/5. “falta de moderador de aprendizagem.”		
P5.4/5. “Falta de recursos...”	P12.4/5. “Falta de agentes...”		
P7.4/5. “...turmas muito cheias...”	P14.4/5. “...falta de agente de apoio...”		
P9.4/5. “...falta de material.”	P15.4/5. “A falta de mediadores tem dificultado a inclusão dos alunos com deficiência.”		
P10.4/5. “Material...”	P16.4/5. “...ausência de mediador na sala de aula.”		
P11.4/5. “Quantidade de alunos nas turmas...”	P17.4/5. “Falta de mediador...”		

P12.4/5. “Materiais.”			
P13.4/5. “Acessibilidade insuficiente nas escolas...”			
P13.4/5. “...e falta de material didático adaptado.”			
P16.4/5. “Falta de suporte pedagógico (materiais)...”			
P17.4/5. “... (Falta) “de material adequado”			
P18.4/5. “...Falta de recursos materiais e infraestrutura da U. E..”			

Fonte: Elaboração Própria (2025).

APÊNDICE G - FACILIDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES AEE

Recursos e Infraestrutura	Comprometimento, motivação e criatividade dos professores e equipe	Facilidades Relacionais: Apoio e Comprometimento das Pessoas (Estudantes e Famílias)	Desafios e Limitações: dificuldades ou barreiras enfrentadas na implementação/Não há facilidades
P5.AEE. "...canal aberto para solicitar ajuda à Coordenadoria do DAIE"	P3.AEE. "...apenas a motivação que tenho de querer fazer dar certo."	P1.AEE. "A afetividade desenvolvida entre eles (alunos)..."	P3.AEE. "No momento não encontro facilidades para o trabalho..."
P6.AEE. "A matrícula dos alunos que não pode ser negada..."	P4.AEE. "...colaboração entre os docentes..."	P2.AEE. "A participação da maioria das Famílias..."	P3.AEE. "... (a rede) simplesmente nos deixa abandonados e depois nos cobra resultados."
P11.AEE. "Transporte escolar para os alunos com deficiência."	P5.AEE. "Parcerias na própria escola..."	P2.AEE. "...o esforço da maioria das famílias que travam uma árdua batalha para garantir os tratamentos a seus filhos."	P9.AEE. "No momento não consigo descrever nenhuma facilidade."
P12.AEE. "Fluidez do trabalho."	P5.AEE. "...incentivos na própria escola"	P2.AEE. "O acolhimento da maior parte dos estudantes..."	P13.AEE. "Não vejo facilidades."
P18.AEE. "Avaliação pela escola."	P7.AEE. "A boa vontade dos professores regentes"	P2.AEE. "o respeito à diversidade"	P14.AEE. "Há 8 anos atuando somente com AEE e só encontro barreiras."
P19.AEE. "...formação..."	P8.AEE. "Apoio da direção e da equipe de orientação da escola"	P4.AEE. "...Interesse dos estudantes..."	P20.AEE. "(...) possuir mediadores mesmo que em quantidade menor que a necessária."
P20.AEE. "O fato de ter sala de Recursos."	P10.AEE. "Meu amor por eles..."	P7.AEE. "...receptividade de grande parte dos alunos"	P23.AEE "Prefiro não falar."
P20.AEE. "possuir mediadores (mesmo que em quantidade menor que a necessária)."	P10.AEE. "Minha boa vontade..."	P12.AEE. "...engajamento da criança..."	
P22.AEE. "Menor número de crianças em sala."	P13.AEE. "O que percebo é a Responsabilidade..."	P15.AEE. "...comprometimento dos estudantes com o próprio desenvolvimento."	

	P13.AEE. "...comprometimento do profissional em proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade..."	P17.AEE. "...famílias cada vez mais conscientes de seus direitos..."	
	P15.AEE. "Formação na área..."		
	P16.AEE. "Interesse..."		
	P16.AEE. "...esforço dos profissionais da educação em dar o seu melhor para que esta proposta seja cumprida..."		
	P17.AEE. "Muitas informações e..."		
	P17.AEE. "... muitas ideias na Internet para implementar em sala de aula."		
	P18.AEE.D.G.M.C. "Acompanhamento pela equipe..."		

Fonte: Elaboração Própria (2025).

APÊNDICE H - FACILIDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES 1º AO 3º ANO

Recursos e Infraestrutura	Comprometimento, motivação e criatividade dos professores e equipe	Facilidades Relacionais: Apoio e Comprometimento das Pessoas (Estudantes e Famílias)	Desafios e Limitações: dificuldades ou barreiras enfrentadas na implementação/Não há facilidades
P2.1/3. “...a facilidade ao acesso à informação.”	P1.1/3. “Amor...”	P3.1/3. “Envolvimento da turma...”	P5.1/3. “A meu ver não há facilidade nenhuma.”
P4.1/3. “O aluno realizando atividades ou atendimentos em instituições de Reabilitação...”	P1.1/3. “...comprometimento...”	P3.1/3. “...auxílio dos alunos...”	P7.1/3. “Não identifico.”
P6.1/3. “A importância do mediador...”	P2.1/3. “O comprometimento dos profissionais envolvidos...”	P4.1/3. “Apoio dos responsáveis, ...”	P13.1/3. “Não identifico facilidades.”
P9.1/3. “A presença de AEE para auxiliar o aluno...”	P9.1/3. “...proporcionar à turma experiências enriquecedoras que se dá a partir da inclusão.”	P8.1/3. “Prontos para aprender em qualquer tempo e afetuosidade.”	P19.1/3. “Há 8 anos atuando somente com AEE e só encontro barreiras.”
P10.1/3. “A teoria construtivista, ...”	P10.1/3. “...boa vontade dos professores.”	P11.1/3. “Aceitação dos alunos neurotípicos...”	P20.1/3. “...dificuldades encontradas na Prefeitura.”
P12.1/3. “Sala de recursos...”	P14.1/3. “O reconhecimento da importância social...”	P14.1/3. “...a solidariedade entre os alunos...”	P20.1/3. “...que apesar de todas as dificuldades encontradas na Prefeitura.”
P17.1/3. “Auxílio teórico...”	P15.1/3. “Boa vontade do professor e...”	P16.1/3. “A receptividade das crianças/adolescentes,”	P22.1/3. “Eu não encontrei facilidades...”
P18.1/3. “Presença do AEE...”	P15.1/3. “...criatividade do mesmo. (professor)”	P21.1/3. “...bom relacionamento com a família.”	P29.1/3. “Nada é fácil. Tudo é luta na escola!”
P18.1/3. “... (falta) de agentes de educação na escola que trabalho.”	P16.1/3. “A percepção de que o planejamento das aulas melhora quando temos alunos incluídos.”	P23.1/3. “A participação da família...”	P31.1/3. “Não sei.”

P25.1/3. “...o auxílio do AEE.”	P17.1/3. “...atividades diferenciadas...”	P33.1/3. “Família participativa...”	
P26.1/3. “Agente de apoio a inclusão para esse atendimento também individualizado, mas proporcionando a interação.”	P20.1/3. “Engajamento dos profissionais de educação...”	P33.1/3. “...afetividade com o aluno...”	
P27.1/3. “A legislação...”	P20.1/3. “...buscam com recursos próprios...”		
P30.1/3. “Leis que garantem esses direitos.”	P20.1/3. “...prover oportunidade de acesso a todos os alunos...”	P34.1/3. “O acolhimento por parte dos alunos e de toda escola é um facilitador do trabalho com a inclusão; o aluno que aceita, entende, acolhe, ajuda o colega facilita muito o trabalho em sala de aula...”	
P35.1/3. “A garantia da Sala de Recursos...”	P20.1/3. “...adaptando materiais pedagógicos.”	P35.1/3. “A flexibilidade e a capacidade de adaptação dos estudantes.”	
P36.1/3. a efetivação da ação do AEE	P21.1/3. Conhecer sua rotina (do aluno)	P38.1/3. “O apoio da família...”	
	P24.1/3. “Vontade dos profissionais de educação em receber as crianças...”		
	P25.1/3. “Elaboração do PEI...”		
	P26.1/3. “Realização de um planejamento com atividades integradas e inclusivas...”		
	P27.1/3. Trabalhar sobre diversidade e respeito ao próximo...”		
	P28.1/3. “...o aumento do interesse dos profissionais que atuam com estes		

	alunos em aprender mais sobre como contribuir para a socialização e aprendizagem destes. Ainda é muito lento, mas está bem melhor que 30 anos atrás...”		
	P30.1/3. “Boa vontade dos profissionais;”		
	P32.1/3. “Troca entre pares...”		
	P32.1/3. “...pesquisa própria...”		
	P34.1/3. “...a ajuda dos funcionários que não medem esforços para ajudar quando for preciso.”		
	P36.1/3. “O empenho dos professores...”		
	P37.1/3. “Adequar a atividade com alunos com deficiência.”		
	P38.1/3. “...minha dedicação...”		
	P39.1/3. “Estratégias pedagógicas adaptadas, pautadas na dialogicidade e na ludicidade.”		

Fonte: Elaboração Própria (2025).

APÊNDICE I - FACILIDADES PARA IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFESSORES 4º E 5º ANO

Recursos e Infraestrutura	Comprometimento, motivação e criatividade dos professores e equipe	Facilidades Relacionais: Apoio e Comprometimento das Pessoas (Estudantes e Famílias)	Desafios e Limitações: dificuldades ou barreiras enfrentadas na implementação/Não há facilidades
P5.4/5. “Acesso à tecnologia...”	P1.4/5.S.M.de S. “Melhoria no desempenho acadêmico devido ao uso de métodos de ensino mais variados e adaptativos.”	P1.4/5. “Promove o desenvolvimento de habilidades sociais, pois os alunos com e sem deficiências aprendem a colaborar e interagir uns com os outros de forma mais significativa...”	P10.4/5. “Nenhuma...”
P5.4/5. “...modernização...”	P3.4/5. “Jogos...”	P2.4/5. “...o acolhimento dos demais alunos ao discente especial;”	P17.4/5. “Não tem nenhuma...”
P7.4/5. “Mediadoras...”	P3.4/5. “...atividades orais...”	P2.4/5. “...o desejo do aluno especial e...”	
P8.4/5. “...sala de recurso...”	P4.4/5. “... (o acolhimento dos) professores...”	P2.4/5. “...sua família em sentir-se incluído na sociedade através de sua formação escolar.”	
P11.4/5. “As agentes de inclusão, quando existem.”	P6.4/5. “Desejo da instituição escolar em tê-los no espaço...”	P4.4/5. “O acolhimento dos alunos...”	
P12.4/5. “Agente de inclusão e...”	P8.4/5. “Desejo de inclusão...”	P11.4/5. “A ajuda ...”	
P13.4/5. “Direito desses estudantes à matrícula na rede de ensino...”	P9.4/5. “Ajuda de colegas...”	P11.4/5. “...apoio dos demais colegas, principalmente as crianças...”	
P14.4/5. “AEE...”	P9.4/5. “...dedicação.”		
P14.4/5. “...agente de apoio (quando tem).”	P13.4/5. “...professores dispostos a fazer a educação inclusiva acontecer.”		
P16.4/5. “...consciência sobre o direito de todos à Educação...”	P15.4/5. “A alegria nos olhares de cada um deles, nos faz acreditar que é possível!”		

P18.4/5. “Atividades oferecidas pela U. E...”	P18.4/5. “Apoio das Orientadoras.”		
	P16.4/5. “Adaptação curricular, ...”		

Fonte: Elaboração Própria (2025).